

## PROJETO DE LEI N.º 1.016 DE 2023

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo referente à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar o prazo referente a acréscimo de alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação), nos termos que especifica.

### EMENDA MODIFICATIVA

Altera-se o artigo 2º do PL nº 1.016 de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Até 31 de dezembro de 2027, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do **caput** do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:.....

XIV – as empresas que prestam os serviços enquadrados nos grupos 86.1, 86.2, 86.3, 86.4 e 87.1 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

(...)

§13. Para as atividades relacionadas no inciso XIV, a substituição prevista no caput deste artigo também compreende:

I – a Contribuição de que trata o art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, destinada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;



II – a Contribuição prevista no art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, destinada ao Serviço Social do Comércio - SESC;

III – a Contribuição de que trata o §5º do art. 212 da Constituição Federal e art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 - Salário-Educação;

IV – a Contribuição prevista nos §§ 3º e 4º do art. 8º da Lei nº 8.029/1990, destinada ao Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

V – a Contribuição prevista no §6º do art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

VI – as Contribuições de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento) e para as atividades identificadas no inciso XIV, que contribuirão à alíquota de 1% (um por cento)".

"Art. 8º Até 31 de dezembro de 2027, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:.....  
....."

## JUSTIFICAÇÃO

Embora seja indiscutível o fato de que o Setor da Saúde é de fundamental importância para o bem-estar da população, bem como para a manutenção da vida e regular desempenho das atividades do cotidiano, nos últimos anos tal setor não foi contemplado com a política de desoneração da folha de pagamento e tem sido demandado demasiadamente, absorvendo os impactos (sociais e financeiros) causados pela Pandemia do COVID-19, pela



ausência de reajuste na tabela de procedimentos do SUS e, mais recentemente, em razão da instituição do piso nacional salarial dos profissionais da enfermagem.

No entanto, para o Setor da Saúde, foram mantidos os elevados encargos trabalhistas e sociais, que ultrapassam atualmente o percentual de 60%.

Mesmo com todos esses entraves, é possível verificar que, segundo as informações extraídas do Painel de Informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (“Novo CAGED”)<sup>1</sup>, atualmente o Setor da Saúde emprega mais colaboradores em comparação aos desligamentos. Veja-se o saldo relativo ao ano de 2022:

Grande Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque	Vr. Relativa
Agropecuária	1.220.245	1.156.328	63.917	1.685.584	3,94%
Indústria	3.416.999	3.167.833	249.166	8.337.835	3,08%
Construção	2.236.999	2.044.064	192.935	2.420.734	8,66%
Comércio	5.301.308	4.948.062	353.246	9.667.009	3,79%
Serviços	10.546.79	9.389.638	1.157.1	20.333.263	6,03%
	2		54		
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	1.929.006	1.668.349	260.657	5.614.388	4,87%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	181.342	116.462	64.880	994.776	6,98%
Educação	713.531	610.498	103.033	1.860.005	5,86%
Saúde Humana e Serviços Sociais	1.034.133	941.389	92.744	2.759.607	3,48%

Assim, é possível observar que o saldo de empregos no Setor da Saúde manteve-se expressivamente positivo, o que comprova que, mesmo diante de tantas adversidades, a cadeia produtiva da saúde vem contribuindo de maneira expressiva com a geração de empregos.

Por outro lado, o Setor da Saúde tem se preocupado bastante com a iminente vigência do piso nacional da enfermagem, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional, fato que, sem contar com outros projetos em tramitação sob a mesma temática, irão majorar os custos a serem suportados pelo setor.

Diante disso, é de extrema relevância a aprovação dos Projetos em referência, que tem por objeto alterar a legislação para determinar que o Setor da Saúde seja submetido à CPRB, prevista pela Lei n. 12.546/2011, à alíquota de 1%, e não à alíquota geral de 4,5%. Ainda, também

<sup>1</sup> <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged> (acesso em 23/08/2023).



é de suma importância que a desoneração do Setor contemple não somente as Contribuições Patronal e devidas a Terceiros, mas também o RAT.

Por todo exposto, solicito apoio dos nobres pares no sentido de incluir o Setor de Saúde na desoneração da folha de pagamento, com a aprovação da emenda em epígrafe uma vez que tais propostas sanariam diversos problemas atualmente vividos pelo setor.

Sala das Sessões,                      de                      de 2023.

Deputado Zé Vitor

Deputado Pedro Westphalen





## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Zé Vitor)**

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo referente à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar o prazo referente a acréscimo de alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação), nos termos que especifica.

Assinaram eletronicamente o documento CD237860908600, nesta ordem:

- 1 Dep. Zé Vitor (PL/MG)
- 2 Dep. Pedro Westphalen (PP/RS)
- 3 Dep. Altineu Côrtes (PL/RJ) - LÍDER do PL
- 4 Dep. Ismael Alexandrino (PSD/GO) - VICE-LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE

